

A. I. N° - 843102-7/03
AUTUADO - NRC PEREIRA
AUTUANTE - MOISÉS P. CORDEIRO
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 11.03.04

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0058/01-04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL NA VENDA A CONSUMIDOR. MULTA. Falta de prova do cometimento imputado ao sujeito passivo. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 10/12/03, acusa a realização de venda de mercadorias sem emissão de Nota Fiscal no ato da operação. A autuação foi feita com base em denúncia de um cliente. Foi aplicada a multa de R\$ 690,00.

O autuado apresentou defesa dizendo, em síntese, dentre outra coisas, que as mercadorias objeto da denúncia teriam sido vendidas três meses atrás, em setembro, e a operação foi devidamente registrada no livro comercial competente. Fala de um problema existente entre a empresa e o cliente, envolvendo a qualidade das mercadorias e outros fatores.

O fiscal autuante contestou a defesa dizendo que na diligência realizada ficou comprovada a procedência da denúncia.

VOTO

O sujeito passivo é acusado de realizar venda de mercadorias sem emissão de Nota Fiscal no ato da operação.

Num caso como este, para ficar provado o fato, a fiscalização deve efetuar a auditoria do Caixa, com “trancamento” de talões, etc. Trata-se de um procedimento de rotina, mas que não foi seguido neste caso.

Falta a prova do cometimento imputado ao sujeito passivo.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA da ação fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração n° 843102-7/03, lavrado contra **NRC PEREIRA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 3 de março de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA